

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DO  
FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO

Processo nº 0225978-60.2018.8.19.0001

A **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL** da recuperação judicial da  
empresa **SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA.**, devidamente  
nomeada por este douto Juízo, vem, nos termos do artigo 22, II, c), da Lei  
11.101/2005, apresentar seu

**30º RELATÓRIO MENSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**DADOS RELEVANTES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

1. A fim de conferir aos credores e interessados uma maior facilidade e transparência na obtenção das datas e prazos inerentes à presente R.J., a A.J. apresenta abaixo quadro sintético com estas informações, que serão atualizadas conforme os avanços da recuperação judicial:

Cronograma Processual		
Processo nº: 0194044-84.2018.8.19.0001		
Recuperanda: Sinopec Petroleum do Brasil		
Data	Evento	Lei 11.101/05
16/08/2018	Ajuizamento do pedido de recuperação	
23/08/2018	Deferimento do pedido de recuperação	art. 52, I, II, III, IV e V e §1º
23/08/2018	Termo de Compromisso da Administradora Judicial	Art. 33
30/08/2018	Publicação do deferimento no DJE	
24/09/2018	Publicação do Edital de Convocação de Credores	art. 52, §1º
24/06/2019	Encerramento do Período de Suspensão ( <i>stay period</i> )	Art. 6º, § 4º
09/10/2018	Prazo Fatal para apresentação das Habilitações/Divergências administrativas ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, §1º
29/10/2018	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53
23/11/2018	Prazo fatal para apresentação da Relação de Credores do AJ	Art. 7º, § 2º
07/01/2019	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único
07/01/2019	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, §2º
06/02/2019	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
17/01/2019	Fim do prazo para apresentar impugnações judiciais à relação de credores (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º

03/05/2019	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 36
17/05/2019	1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
31/05/2019	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
10/01/2019	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após do deferimento da recuperação)	art. 56, §1º
24/06/2019	Sentença de homologação do PRJ	art. 58
22/07/2019	Publicação de aviso aos credores sobre a homologação do PRJ	
24/06/2021	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão da recuperação judicial)	art. 61

- Eventos Ocorridos

- Eventos não ocorridos

## STATUS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2. Após a apresentação do Plano de Recuperação Judicial pela recuperanda e da consolidação da relação de credores pelo A.J., foram disponibilizados os editais previstos nos artigos 7º, § 2º e 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, devidamente publicados na Imprensa Oficial no dia 07/01/2019, momento em que se iniciou o prazo para eventual objeção ao Plano, na forma da LRE.

3. Instalada a Assembleia Geral de Credores, em segunda convocação no dia 31/05/2019, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda foi aprovado pelos credores presentes, observado quórum de votação previsto no artigo 45 da Lei nº 11.101/2005, conforme ata de assembleia apresentada por este A.J. às fls. 8.862/9.047 do processo principal.

4. O Plano de Recuperação Judicial foi homologado por este Douto Juízo, conforme decisão de fls. 9985/9997, datada de 24/06/2019.

5. Após a decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial foi publicado o Aviso aos Credores na Imprensa Oficial e no jornal Valor Econômico em 22/07/2019, nos termos da decisão de fls. 9985/9997, momento em que se iniciou o prazo para apresentação dos dados bancários e opção de pagamento conforme consta no PRJ.

6. Buscando ainda conferir máxima publicidade e transparência aos credores, a A.J. enviou carta registrada aos mesmos, alcançando um total de 1.147 (mil centos e quarenta e sete) cartas, informando-os acerca da homologação do Plano de Recuperação Judicial e do termo inicial para apresentação dos dados bancários e as opções de pagamento que pretendem aderir, conforme PRJ aprovado.

7. A partir da publicação do informativo no dia 22/07/2019, iniciou-se o prazo para que os credores informassem a opção de pagamento e os dados bancários para que fosse iniciada a fase de pagamento, que vem sendo acompanhada pela administração judicial.

## RESUMO DO P.R.J.

8. Vale aqui expor os principais pontos do P.R.J. aprovado e homologado, destacados no informativo apresentado nos autos principais às fls. 11.257/11.259, lembrando que as informações postas abaixo não eximem os credores de consultarem a íntegra do Plano de Recuperação Judicial, que se encontra disponível nos autos principais bem como no *website* da Administração Judicial, o qual poderá ser acessado através do link: <https://nraa.com.br/recuperacao-judicial/sinopec-petroleum-do-brasil-ltda-em-recuperacao-judicial/>

### ❖ CLASSE I – TRABALHISTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

➤ Credores da **Classe I** com créditos de até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) receberão:

a) Até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), quantia esta limitada ao valor do crédito listado, no prazo de 30 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores sobre a concessão da recuperação judicial, nos termos da cláusula 5.2.1 do P.R.J.

b) O salto remanescente será pago em até 01 (um) ano a contar da publicação do Aviso aos Credores sobre a concessão da recuperação judicial, nos termos da cláusula 5.2.2 do P.R.J.

➤ Credores da **Classe I** com créditos superiores a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) receberão:

a) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no prazo de 30 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores sobre a concessão da recuperação judicial, nos termos da cláusula 5.2.1 do PRJ.

b) R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no prazo de até 01 ano a contar da publicação do Aviso aos Credores sobre a concessão da recuperação judicial, nos termos da cláusula 5.2.2 do PRJ.

c) A quantia que superar R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), limitada ao valor do crédito listado, será paga com eventuais recursos recebidos pela recuperanda nas ações movidas em face da Petrobras, no prazo de até 30 dias corridos a contar do efetivo recebimento desses recursos pela recuperanda, com correção pelo CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, nos termos da parte final da cláusula 5.2.2 do PRJ.

Caso o valor dos recursos recebidos pela recuperanda seja inferior ao montante remanescente dos créditos devidos na recuperação judicial, o credor receberá de forma proporcional ao valor efetivamente recebido pela

recuperanda, tendo a recuperanda assegurado o recebimento mínimo de 30% sobre o saldo do seu crédito.

Caso as ações movidas em face da Petrobrás não sejam definitivamente julgadas (trânsito em julgado) no prazo de até 10 (dez) anos contados da publicação do Aviso aos Credores, não havendo o recebimento de qualquer quantia pela recuperanda, o credor poderá optar por receber o correspondente a 30% do saldo do seu crédito, corrigido pelo CDI, desde o pedido de recuperação judicial, mediante comunicação a ser feita à recuperanda, no prazo de 10 (dez) dias, contados do fim do prazo de 10 (dez) anos, observando-se os meios de comunicação indicados adiante.

Não realizada a opção no prazo indicado, o credor receberá o saldo do seu crédito exclusivamente por meio dos recursos a serem recebidos pela recuperanda nas ações em face da Petrobrás.

### ❖ CLASSE III – QUIROGRAFÁRIO – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Credores da **Classe III** com créditos **de até R\$60.000,00 (sessenta mil reais)** receberão a integralidade dos seus créditos no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores sobre a concessão da recuperação judicial, nos termos da cláusula 5.4.1 do PRJ.
- Credores da **Classe III** com créditos **superiores a R\$60.000,00 (sessenta mil reais)** deverão escolher, **NO PRAZO DE 20 DIAS CORRIDOS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO AVISO AOS CREDITORES**, nos termos da cláusula 5.4.2 do PRJ, 01 (uma) das opções de pagamento abaixo indicadas **SOB PENA DE SEREM AUTOMATICAMENTE INCLUÍDOS NA “OPÇÃO A”**.
  - a) **OPÇÃO A** - O crédito listado será pago com eventuais recursos recebidos pela recuperanda nas ações movidas em face da Petrobrás, no

prazo de até 30 dias corridos a contar do efetivo recebimento desses recursos pela recuperanda, com correção pelo CDI desde a data do pedido de recuperação judicial.

Caso o valor dos recursos recebidos pela recuperanda seja inferior ao montante remanescente dos créditos devidos na recuperação judicial, o credor receberá seu crédito de forma proporcional ao valor efetivamente recebido pela recuperanda, tendo a recuperanda assegurado o recebimento mínimo de 30% sobre o montante devido.

Caso as ações movidas em face da Petrobrás não sejam definitivamente julgadas (trânsito em julgado) no prazo de até 10 (dez) anos contados da publicação do Aviso aos Credores, não havendo o recebimento de qualquer quantia pela recuperanda, o credor poderá optar por receber o correspondente a 30% do seu crédito, corrigido pelo CDI, desde o pedido de recuperação judicial, mediante comunicação a ser feita à recuperanda, no prazo de 10 (dez) dias, contados do fim do prazo de 10 (dez) anos, observando-se os meios de comunicação indicados adiante.

Não realizada a opção no prazo indicado, o credor receberá o saldo do seu crédito exclusivamente por meio dos recursos a serem recebidos pela recuperanda nas ações em face da Petrobrás.

b) **OPÇÃO B** - O credor que escolher essa opção receberá o equivalente a 40% (quarenta por cento) do seu crédito listado, no prazo de 30 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores, ficando o saldo remanescente a ser pago com os recursos recebidos pela recuperanda nas ações movidas em face da Petrobrás, no prazo de até 30 dias corridos a contar do efetivo recebimento desses recursos pela recuperanda, com correção pelo IPCA desde a data do pedido de recuperação judicial.

Caso o valor dos recursos recebidos pela recuperanda seja inferior ao montante remanescente dos créditos devidos na recuperação judicial, o credor receberá seu crédito de forma proporcional ao valor efetivamente

recebido pela recuperanda.

c) **OPÇÃO C** - O credor que escolher essa opção receberá o equivalente a 41% (quarenta e um por cento) do seu crédito listado, no prazo de 60 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** O credor da classe III, titular de crédito superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), poderá renunciar a quantia excedente do seu crédito, caso deseje receber o valor de R\$ 60.000,00, no prazo de 30 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores, **DEVENDO COMUNICAR SUA RENÚNCIA AO EXCEDENTE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO AVISO AOS CREDITORES**, nos termos da cláusula 5.4.4 do PRJ.

❖ **CLASSE IV – ME/EPP – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

➤ Credores da **Classe IV** com créditos **de até R\$20.000,00 (vinte mil reais)** receberão a integralidade dos seus créditos no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores sobre a concessão da recuperação judicial, nos termos da cláusula 5.5.1 do PRJ.

➤ Credores da **Classe IV** com créditos **superiores a R\$20.000,00 (vinte mil reais)** deverão escolher, **NO PRAZO DE 20 DIAS CORRIDOS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO AVISO AOS CREDITORES**, nos termos da cláusula 5.5.2 do PRJ 01 (uma) das opções de pagamento abaixo indicadas **SOB PENA DE SEREM AUTOMATICAMENTE INCLUÍDOS NA OPÇÃO A:**

d) **OPÇÃO A** - O crédito listado será pago com eventuais recursos recebidos pela recuperanda nas ações movidas em face da Petrobrás, no prazo de até 30 dias corridos a contar do efetivo recebimento desses recursos pela recuperanda, com correção pelo CDI desde a data do pedido de recuperação judicial.

Caso o valor dos recursos recebidos pela recuperanda seja inferior ao montante remanescente dos créditos devidos na recuperação judicial, o credor receberá seu crédito de forma proporcional ao valor efetivamente recebido pela recuperanda, tendo a recuperanda assegurado o recebimento mínimo de 30% sobre o montante devido.

Caso as ações movidas em face da Petrobrás não sejam definitivamente julgadas (trânsito em julgado) no prazo de até 10 (dez) anos contados da publicação do Aviso aos Credores, não havendo o recebimento de qualquer quantia pela recuperanda, o credor poderá optar por receber o correspondente a 30% do seu crédito, corrigido pelo CDI, desde o pedido de recuperação judicial, mediante comunicação a ser feita à recuperanda, no prazo de 10 (dez) dias, contados do fim do prazo de 10 (dez) anos, observando-se os meios de comunicação indicados adiante.

Não realizada a opção no prazo indicado, o credor receberá o saldo do seu crédito exclusivamente por meio dos recursos a serem recebidos pela recuperanda nas ações em face da Petrobrás.

e) **OPÇÃO B** - O credor que escolher essa opção receberá o equivalente a 40% (quarenta por cento) do seu crédito listado, no prazo de 30 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores, ficando o saldo remanescente a ser pago com os recursos recebidos pela recuperanda nas ações movidas em face da Petrobrás, no prazo de até 30 dias corridos a contar do efetivo recebimento desses recursos pela recuperanda, com correção pelo IPCA desde a data do pedido de recuperação judicial.

Caso o valor dos recursos recebidos pela recuperanda seja inferior ao montante remanescente dos créditos devidos na recuperação judicial, o credor receberá seu crédito de forma proporcional ao valor efetivamente recebido pela recuperanda.

f) **OPÇÃO C** - O credor que escolher essa opção receberá o equivalente a 41% (quarenta e um por cento) do seu crédito listado, no prazo de 60 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** O credor da classe IV, titular de crédito superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), poderá renunciar a quantia excedente do seu crédito, caso deseje receber o valor de R\$ 20.000,00, no prazo de 30 dias corridos a contar da publicação do Aviso aos Credores, **DEVENDO COMUNICAR SUA RENÚNCIA AO EXCEDENTE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO AVISO AOS CREDITORES**, nos termos da cláusula 5.5.4 do PRJ.

### ❖ OBRIGAÇÃO DOS CREDITORES

Para o recebimento dos seus créditos, **os credores devem informar, no prazo de 20 dias a contar da publicação do Aviso aos Credores, SEUS DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBEREM SEUS CRÉDITOS (nome/denominação social completo, CPF/CNPJ, Banco, Conta corrente e agência), a depender da opção de pagamento escolhida, ATRAVÉS DE CARTA E ENDEREÇO**, na forma da cláusula 7.5 do PRJ sob pena de ficarem sujeitos à antecedência mínima de 30 dias necessária para o pagamento do crédito, sem acréscimos moratórios e sem configurar descumprimento do plano de recuperação judicial.

### ❖ MEIOS DE COMUNICAÇÃO

As comunicações a serem realizadas pelos credores para informar os dados bancários e a opção de pagamento que pretendem aderir devem feitas através de:

- (a) **CARTA** registrada com aviso de recebimento, ou por courier e efetivamente entregue à recuperanda aos cuidados do Departamento Jurídico (Rua Lauro Muller, nº 116, 19º andar, sala 1904, Botafogo, Rio de Janeiro CEP 22.290-972) com cópia para o escritório Galdino, Coelho Advogados aos cuidados de Flavio Galdino e Felipe Brandão (Av. Rio Branco, nº 138, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-909); **E**
- (b) **E-MAIL**, com confirmação de recebimento, para a recuperanda ([juridico@sinopecbrasil.com.br](mailto:juridico@sinopecbrasil.com.br)) com cópia para o escritório Galdino, Coelho Advogados ([sinopec@gc.com.br](mailto:sinopec@gc.com.br)) e para a Administração Judicial – Nascimento e Rezende Advogados ([admjudsinopec@nraa.com.br](mailto:admjudsinopec@nraa.com.br)).

**OBSERVAÇÃO: Os credores que já fizeram as comunicações na forma prevista no plano não precisam realizar nova comunicação.**

## DAS ATIVIDADES DA RECUPERANDA

10. Buscando se atualizar com relação às atividades da recuperanda e verificar sua operacionalidade, a Administração Judicial encaminhou correspondência a mesma com questionamentos relacionados à atividade, estrutura física, financeira e societária, solicitando-se, ainda, as demonstrações contábeis relativas ao mês de janeiro de 2021, conforme determina o artigo 52, IV, da Lei nº 11.101/2005<sup>1</sup> e decisão de fls. 396, item IV<sup>2</sup>.

11. Além disso, atendendo à Recomendação 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Administração Judicial, na busca pela padronização dos relatórios mensais e pela efetividade da prestação jurisdicional, também encaminhou à Recuperanda o formulário contido no Anexo II da referida recomendação. **(Doc. nº01)**

12. Todavia, a Recuperanda até a presente data não apresentou suas respostas ao formulário, nem ao pedido de informações, não tendo apresentado, também, as demonstrações contábeis.

## RELATÓRIO DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS

13. Em que pese a ausência de informações pela Recuperanda, garantindo a sistematização de informações de modo transparente e objetivo para consulta dos credores, Ministério Público e deste d. Juízo, de modo a

<sup>1</sup> Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato: (...) IV – determinará ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

<sup>2</sup> Decisão de fls. 396: “IV - Determino à requerente que apresente contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;”

fomentar a transparência na condução do procedimento recuperacional, esta A.J. apresenta anexo seu “Relatório de Andamentos Processuais”, no qual consta toda a movimentação processual realizada até então (**Doc. nº 02**).

## RELATÓRIO DE INCIDENTES PROCESSUAIS

14. Na mesma direção, a A.J. apresenta seu “Relatório de Incidentes Processuais”, haja vista terem sido apresentadas habilitações e impugnações de crédito – autuadas em apartado ao processo de recuperação judicial em epígrafe (**Doc. nº 03**).

\*\*\*

15. Sendo assim, a A.J. consigna que, tão logo recebidas as informações e demonstrações contábeis da recuperanda, apresentará complementação ao presente relatório com as análises devidas.

E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.



**NASCIMENTO E REZENDE ADVOGADOS**  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Wagner Madrugado do Nascimento  
OAB/RJ 128.768

Bruno Galvão S.P. de Rezende  
OAB/RJ 124.405

**EQUIPE JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL -  
COORDENADORES**



Armando Roberto R. Vicentino – OAB/RJ 155.588



Alexandro Cruz de Oliveira – OAB/RJ 161.886



Gustavo Gomes Silveira – OAB/RJ 89.390

**EQUIPE CONTÁBIL-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL  
- COORDENADORES**

*Marcus Vinicius Rocha da Silva*

Marcus Vinicius Rocha da Silva - CRC/RJ 116.110/O  
**Contador**